

## A OUTRA FACE DO CÉTICO

**EDUARDO ALEJANDRO BARRIO**

(Universidad de Buenos Aires) *E-mail*: eabarrío@gmail.com

Tradução: Felipe Rocha L. Santos

(Universidade Federal da Bahia) *E-mail*: frls.ba@gmail.com

É comum traçar alguma relação entre o conhecimento e a verdade. Dizemos que uma oração pode expressar um conhecimento somente se, ao menos, expressa uma verdade. Para conhecer devemos estar certos. A verdade do conhecido parece ser uma condição necessária para que haja conhecimento. É uma ideia bastante aceita que, à partir do momento em que tenhamos alguma razão para crer que uma oração não é verdadeira, a pretensão de que ela expresse um conhecimento é imediatamente desqualificada. Parece ser conceitualmente inadequado afirmar que uma oração expressa um conhecimento e, ao mesmo tempo, dizer que ela é falsa. Uma forma de completar este quadro é vincular a verdade e o conhecimento à realidade: as orações verdadeiras nos permitem conhecer o que nos rodeia tal como é. Diante desta estreita relação entre realidade, conhecimento e verdade, os céticos têm se mostrado. Eles argumentam, em suas formas mais radicais, que nenhuma de nossas orações são certas, justificadas ou verdadeiras no sentido de dar-nos, através de seus conteúdos, a realidade tal como ela é. Neste trabalho, me ocuparei em defender o que poderíamos denominar *um ponto de vista cético sobre a verdade*. Esta abordagem não nega que existam orações verdadeiras (em contraposição com as falsas), mas sim, rejeita a ideia de que exista algo em si mesmo em virtude de que as orações adquiririam uma propriedade especial que seria determinante na hora de pertencer ao conjunto das orações que aceitamos como verdadeiras. Irei me opor, assim, à ideia de que exista uma propriedade especial que seja a essência da verdade. Isto significa que o enfoque que defendo se opõe tanto à concepção correspondentista como a concepção epistêmica da verdade. Argumentarei, assim, contra o que é sustentado por Oswaldo Porchat<sup>1</sup>, que diz que a melhor maneira de ser cético à respeito da verdade é defender o que comumente se chama de *deflacionismo* ou *minimalismo*, o ponto de vista segundo o qual tudo o que se pode decidir a respeito da verdade se resume à ideia segundo a qual afirmar que uma oração é verdadeira é afirmar a oração. Por fim, mostrarei que se nós levarmos a

---

Este artigo foi publicado originalmente em Dutra, L. H. de A. e Smith, P. J. (orgs.), *Ceticismo: perspectivas históricas e filosóficas*, Florianópolis: EDUFSC, 2000, p. 63-79.

<sup>1</sup> O. Porchat. "Verdade. Realismo. Ceticismo." *Discurso XXV* (1995).

sério, tal como o faz o deflacionista, o papel de *descitação* do predicado veritativo, não há lugar para sua identificação com nenhuma explicação epistêmica.

### 1. O cético e a verdade

Desde sempre, as tendências céticas atacam a crença de que existe algo como o verdadeiro conhecimento do mundo. O cético duvida que estejamos em condições de conhecer as coisas tais como elas são. Nota-se que por trás desta dúvida se esconde um desafio duplo: por um lado, um desafio epistemológico: se questiona nossa capacidade para conhecer (entendida de certa forma). Por outro lado, a dúvida não se circunscreve a este plano, já que se estende para além de nossas aptidões cognitivas. O defensor deste enfoque estende sua dúvida até a ontologia: além de nossas virtudes epistêmicas, não há uma realidade existente em si mesma. Para evitar mal entendidos, nota-se que o cético desafia, ao menos em princípio, nossa crença cotidiana segundo a qual cremos que somos capazes de dizer verdades e de descrever o que nos rodeia. Tal coisa não está posta em questão. No entanto, diante das explicações destas capacidades, o cético reage. O cético denuncia como dogmática toda proposta que pretenda fornecer uma justificação para estas crenças. A destruição, a desestruturação do discurso que tenta dar razões é uma característica distintiva desta abordagem. O cético exerce fundamentalmente uma função crítica, mostrando que aquilo que parecia necessitar de uma justificação não o necessita.

Ao largo da história da filosofia, o dogmatismo filosófico é associado normalmente com uma estratégia filosófica que se dá em dois planos: um metafísico e outro mental ou linguístico. No primeiro plano, os dogmáticos se afirmaram como realistas metafísicos. A pergunta que agora adquire importância é a de que se há algo mais além do interno e do subjetivo. Neste ponto, um realista metafísico se compromete com a ideia segundo a qual *há* entidades que são *independentes* do mental e que possuem uma existência *objetiva*. A partir desta perspectiva, o realismo é uma posição estritamente ontológica: requer apenas que *exista* algo com as duas características mencionadas. A realidade externa (nome utilizado para fazer referência ao que há “fora” da mente) não está constituída por nós: é independente, no sentido de que as coisas que estão fora possuem uma natureza não mental e elas não dependem nem lógica nem causalmente de nós<sup>2</sup> e é objetiva, no sentido de que sua existência pode transcender nossas capacidades (em particular, nossas capacidades cognitivas). A teoria platônica das formas e a metafísica aristotélica, para nomear apenas algumas, são expoentes desta estratégia. De Descartes em diante, esta opção tem como ponto de partida<sup>3</sup> o que normalmente se

---

<sup>2</sup> Gonzalo Rodriguez-Pereyra me fez notar que não é possível definir o atributo de independência simplesmente dizendo que algo é independente se possui uma natureza mental. Há coisas da natureza mental (as outras mentes) que são independentes de nós. Claro que elas não dependem de nossa mente no sentido aqui apresentado.

<sup>3</sup> Obviamente este ponto de partida pode ser questionado. Grande parte da filosofia do final do século (incluindo a tradição anglo-saxônica) de fato o questiona. Basta ler qualquer um dos escritos de Davidson ou Rorty (para nomear alguns) como

denomina *a metáfora do espaço interior*, o teatro cartesiano onde supostamente transcorre a nossa vida subjetiva. No entanto, não tem sido poucas as tentativas de “sair” de nossa subjetividade para buscar o que, com as palavras de Nagel, poderíamos denominar o ponto de vista de nenhuma parte.

Diante disto, o que caracteriza as estratégias céticas contemporâneas é um certo niilismo no plano ontológico. Falo de estratégias e não de autores céticos, porque, talvez, aplicando-se aos trabalhos contemporâneos, não seja justo rotular tais e tais autores com essa observação, mas sim, buscar padrões de desconfiança comuns a algumas ideias que surgem como dogmáticas. O ceticismo clássico propõe a suspensão do juízo sobre questões substantivas. Mas a suspensão total do juízo não é intrínseca e razoável em si mesma. Para que seja razoável, deverá estar fundamentada em alguma razão. Nos nossos dias, razões desse tipo se encontram no argumento de Quine sobre a indeterminação da tradução, com o qual se tenta mostrar a inexistência de significados. Não se indica apenas uma mera impossibilidade cognitiva. Existe uma carência ontológica: não há significados na natureza. Tanto o argumento do modelo teórico<sup>4</sup> como o experimento mental dos cérebros em uma cuba<sup>5</sup> de Putnam também parecem exemplificar esta estratégia cética. Primeiramente, se tenta mostrar a inexistência de nexos causais entre as palavras e o mundo. Em seguida, a impossibilidade conceitual de que exista um mundo tal como se mostra para nós sem a nossa própria perspectiva<sup>6</sup>. Pode-se perceber também esta estratégia cética no trabalho de Kripke em torno das regras<sup>7</sup>. Aqui, o que Kripke tenta mostrar a partir das reflexões de Wittgenstein acerca do nosso agir é que não existe um fato que respalde nossas ações reguladas.

Em segundo plano, para aquilo que se relaciona com a correção de nossos pensamentos ou discurso para coincidir àquilo que está fora de nós, o dogmatismo tem duas manifestações: a concepção correspondentista e a concepção epistêmica da verdade. Na primeira, o cético vê a tentação dogmática de tentar confrontar a linguagem com o que está fora dela. E na segunda, ao contrário, a tentação tem a ver com o impulso de buscar procedimentos objetivos que assegurem a obtenção de verdades.

---

para advertir muitas das razões que justificaram a rejeição. Cfr., por exemplo, R. Rorty *Philosophy and the Mirror of Nature* (Princeton. Princeton University Press. 1979) ou D. Davidson “El mito de lo subjectivo.” em D. Davidson *Mente, mundo y acción* (Barcelona, Ed. Paidós, 1992). De qualquer modo, como considero que a maior parte da polêmica em torno do realismo supõe este marco, o adoto nesta exposição sem que isso signifique minha adesão a este ponto.

<sup>4</sup> As ideias de Putnam foram defendidas ao longo de distintas publicações. Em H. Putnam (1978) “Realism and Reason” incluído em *Meaning and the Moral Sciences* (Londres, R. & K) há uma formulação epistemológica do argumento que recorre à ideia de *teoria ideal*. Em “Models and Reality”, em *Philosophical Papers III* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983) e em *Reason, Truth and History* (Cambridge, Cambridge University Press, 1981) (versão espanhola de Tecnos 1988) a formulação enfatiza as questões semânticas.

<sup>5</sup> Cfr. H. Putnam, *op. cit.* (1981).

<sup>6</sup> Claro que não seria justo dizer que Putnam é um filósofo cético, mesmo no plano da semântica. De fato, ele defendeu uma explicação da verdade que recorre à existência de propriedades semânticas relacionadas com a ideia de prova. Mas seu argumento instancia a estratégia que quero deixar explícita.

<sup>7</sup> Cfr. S. Kripke *Kripke Wittgenstein: Rules and Private Language* (Oxford: Basil Blackwell. 1984). Há uma boa edição espanhola editada no México pela editor da UNAM em 1989.

As duas posições recorrem à ideia segundo a qual a verdade é uma propriedade especial que todas as orações verdadeiras têm em comum<sup>8</sup>. Assim como todos os seres humanos possuem em comum ao menos uma propriedade, a de ser animais racionais, as orações verdadeiras possuem uma marca, cuja existência é essencial e que as tornam verdadeiras.

Para o correspondentista<sup>9</sup>, a marca tem a ver com a representação. O que as orações verdadeiras têm em comum é que elas representam o mundo tal como ele é. Esta abordagem sustenta que a verdade é uma característica que as orações (talvez também os pensamentos) possuem, característica esta que elas poderiam possuir mesmo que nós não saibamos disso e que existe em virtude da relação assimétrica que o mundo possui com a linguagem. A correspondência, seja entre orações e fatos ou seja entre palavras e objetos, deve ser entendida como uma conexão assimétrica de fundamentação que vai do ontológico ao linguístico. É importante destacar que nesta abordagem se defende a ideia segundo a qual há um único contato entre as orações e o mundo. Existe *um* modo privilegiado de usar as palavras, que constitui o significado das palavras, que permite descobrir a imagem perfeita do mundo. Ao argumentar que existe uma *única correspondência* entre a realidade independente do sujeito e sua linguagem ou sua mente, o correspondentista deixa de lado nossos propósitos e interesses ao que parecem se subordinar nossas melhores descrições e teorias.

Para o defensor do enfoque epistêmico, esta marca tem relação com os processos de prova. Os seres humanos são capazes de reconhecer procedimentos para justificar algumas orações e não outras. Os fatores que determinam a verdade das orações estão sujeitos sempre a restrições epistêmicas. Não há distinção entre como se conhece a condição de verdade de uma oração e a condição de verdade em si mesma: as condições de verdade se explicam inteiramente por meio da *consistência com o resto de nossas crenças*, ou do conceito de *verificabilidade*, ou do de *assertabilidade garantida* ou do de *assertabilidade idealmente justificada*, ou *do que a crença mantém ao final da investigação*, ou *do que explica a convergência das teorias*, ou *do que explica o êxito de nossas crenças ordinárias*, ou *do que se aceita no percurso da conversação entre pessoas racionais* (conforme o caso).

Nota-se então que mesmo quando a associação entre realistas metafísicos e defensores da abordagem correspondentista da verdade tem sido historicamente muito habitual, não há mais do que uma mera conjunção histórica<sup>10</sup>, e o cético, se quer se opor a toda forma de dogmatismo, não só deve por em dúvida a busca de propriedades representacionais por trás das orações verdadeiras mas também a ideia de que existam propriedades epistêmicas que nos transcendam e cujo descobrimento nos dê uma razão para justificar a verdade de nossas crenças. Este aspecto foi reconhecido pelos céuticos

---

<sup>8</sup> Este ponto é apresentado com detalhes em E. Barrio *La verdad desestructurada* (Buenos Aires. Eudeba. 1998).

<sup>9</sup> As ideias correspondentistas se remetem à Aristóteles. Também estão presentes Platão e em *De veritate* de Tomás de Aquino: “*Veritas est adequatio rei ET intellectus*.”. Em nossos dias, elas estão presentes, entre outros, em Bertrand Russell, William Alston, Richard Kirkham, Marjorie David, Ruth Millikan, Jon Barwise, Graeme Forbes y Michael Devitt.

<sup>10</sup> Esta ideia está defendida em Barrio. *Op. Cit.* (1998).

clássicos em seu ataque a toda doutrina que ofereça um critério de *verdade*. Sexto Empírico questionou tanto a ideia de *verdade* como a de prova. As orações verdadeiras não são o resultado de procedimentos objetivos. Toda pretensão de possuir regras de verdade transcendentais e objetivas está destinada ao fracasso. Nas próximas seções apresentarei uma defesa do que considero como a melhor opção para o cético (o minimalismo ou deflacionismo), enfrentando-me a ambas as formas de dogmatismo.

## 2. O dogmatismo do espelho

Como antecipei na introdução deste trabalho, a ideia que desejo sustentar é que a melhor forma de captar o núcleo do ceticismo a respeito da verdade é adotar uma abordagem mínima. Desta abordagem parte a ideia de que em nosso uso cotidiano, aceitamos certas trivialidades: que a neve é branca é verdadeira quando e justamente quando a neve é branca. Assim, quando estamos dispostos a afirmar a verdade de uma oração, é porque queremos enfatizar nosso respaldo a ela, e não há nada mais a dizer sobre a verdade. Desta maneira, assim como o cético, quando adotamos um enfoque mínimo, descrevemos como, em nossa comunidade, usamos as expressões veritativas. Mas a chave para estabelecer um parentesco entre o ceticismo e este enfoque está no fato de que qualquer interpretação que tente buscar um fato semântico que respalde esse uso está destinado ao fracasso. O predicativo veritativo tem essencialmente um papel descitador: predicar a verdade de uma oração qualquer é o mesmo que afirmar a oração. Isso é exatamente o que nos foi deixado pelos trabalhos de Tarski: não há nada por detrás da verdade. Ao buscar uma explicação acerca do que é a verdade, o que se encontra é que não há nada a se explicar. A dificuldade é que os trabalhos de Tarski foram contaminados por uma série de pressuposições metafísicas desnecessárias<sup>11</sup>. A chave para se entender a verdade é que é apenas um *mecanismo linguístico*: não há nenhuma propriedade que todas as proposições tenham em comum. Tal abordagem a respeito da verdade recebe o nome de *deflacionismo*. Como os cétricos, os deflacionistas dizem que toda análise conceitual ou científica que trate de encontrar a essência da verdade, essa propriedade especial que todas as orações verdadeiras teriam em comum, está destinada ao fracasso. Não há nenhuma natureza subjacente que a elaboração filosófica ou científica deva iluminar ao qual possamos atribuir poderes explicativos. Os deflacionistas defendem um ponto de vista eliminacionista à respeito da explicação de toda atribuição de verdade.

(T.D.) Não há nenhuma propriedade que se aplique a orações (como por exemplo, “a neve é branca”) que sirva para explicar que elas são verdadeiras.

Por que a oração “a neve é branca” é verdadeira? Porque a neve é branca. Ou seja, é pelo fato óbvio de que cada oração especifica sua própria condição de verdade.

---

<sup>11</sup> Cfr. K. Popper *Conjecturas y refutaciones* (Barcelona, Paidós, 1983). p. 272-279.

Por outro lado, o deflacionista, embora não compartilhe com a posição realista do modelo de polos opostos *objetivo / subjetivo, o que está dentro / o que está fora da mente*, não nega a existência de objetos. Além disso, seu principal adversário é a ideia de *intermediário epistêmico*: aquele objeto frente à mente que nos reflete ao mundo. A filosofia deve ser feita com absoluta independência de toda busca dos elementos mentais ou linguísticos privilegiados. Novamente, o adversário é a ideia de *verdade por correspondência*: não há uma relação isomórfica entre a linguagem e o mundo. Mas a rejeição da concepção correspondentista é compatível com a adoção do realismo no plano ontológico: apenas se acredita-se que os problemas ontológicos são problemas semânticos é que tal coisa não seria possível.

Claro que a ideia segundo a qual o cético só pode adotar uma abordagem deflacionista é discutível<sup>12</sup>. Por exemplo, Oswaldo Porchat defende<sup>13</sup> que, tomando algumas precauções a cerca dos aspectos representacionais, o ceticismo é compatível com certas visões correspondentistas. Assim, sustenta que embora o esquema

(T) “a neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca

é filosoficamente neutro à respeito de uma correspondência, este aspecto aparece na noção de *satisfação*.

O elemento correspondencial aparece, porém, quando Tarski, para construir a definição de verdade, recorre à noção de satisfação<sup>14</sup>.

Na definição de Tarski, uma oração é verdadeira se e somente se é satisfeita por todas as sequências de objetos. Neste ponto, deve advertir-se que não se pretende que ao contrário da noção correspondentista, a satisfação cumpra alguma função representativa:

As sequências de objetos (...) não pretendem ter nenhuma isomorfia com as orações. (...) Nem sequer representam aspectos parciais da realidade, já que cada sucessão seleciona objetos do mundo, mas todas satisfazem por igual às orações verdadeiras<sup>15</sup>.

No entanto, Porchat admite que esta caracterização se separa do conceito clássico de verdade por correspondência onde a linguagem se relaciona com objetos e não com sequências matemáticas, pois torna-se imediatamente claro que há um mecanismo para resolver esta dificuldade. Esse mecanismo, que apela para a composicionalidade da linguagem, consiste em oferecer um equivalente recursivo à definição anterior, onde se estabelece “uma correspondência direta entre conjuntos de objetos no universo e ‘sentenças’ da linguagem”<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> O próprio Tarski acreditava que sua definição era uma *análise* precisa da ideia da verdade por correspondência.

<sup>13</sup> Porchat *op. cit.*

<sup>14</sup> Porchat *op. cit.*, p. 27.

<sup>15</sup> A. Moretti. *op. cit.*, *Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía*, Madrid, em prensa.

<sup>16</sup> Porchat *op. cit.* p. 28.

Em uma definição deste tipo, Porchat afirma que “Continuam valendo todas as consequências da definição tarskiana, a definição continua implicando todas as equivalências da forma (T) (...)”<sup>17</sup>, mas sem os inconvenientes que a definição teria ao incorporar a noção de *satisfação*.

No entanto, me parece que o cético deveria sentir-se incomodado com a resposta de Porchat, uma vez que esta interpretação correspondentista de T tem que se comprometer com uma explicação da justificação de porque se cumpre de tal tese que se recorra em alguma instância às relações entre o plano linguístico e o plano da realidade. Mas essa proposta colide com a ideia tarskiana segundo a qual (T) cumpre exclusivamente pelo papel descitador do predicado veritativo. Ou, dito de forma mais clara, só por uma questão relacionada com o uso de nosso predicado veritativo. Em contraste, a leitura correspondentista de (T) proposta por Porchat, que *a neve é branca é verdadeira se a neve é branca*, que *o pasto é verde é verdadeira se o pasto é verde*, etc, são cumpridas pelas relações que as orações possuem com o mundo. Surge assim a questão sobre quais são os elementos da realidade que supostamente se correspondem com a linguagem. Por que estes elementos e não outros? Esta pergunta requer uma resposta que está além do nosso uso da linguagem. Requer uma explicação. Em muitos casos, esta explicação tem sido de índole metafísica. Certamente, este não é o caso de Porchat. A sua proposta pretende não estar contaminada, já que de outra maneira seria inaceitável para o cético. Mas me parece que o cético busca algo mais do que evitar a contaminação metafísica. Busca evitar ter que dar resposta à pergunta de porque estes elementos e não outros, simplesmente dizendo que não há nenhuma justificação a ser buscada. Simplesmente é porque usamos a linguagem como usamos que aplicamos o predicado veritativo como aplicamos. Não há nada no mundo, em particular, não há nenhuma relação de correspondência que fundamente o nosso uso da linguagem e que seja essencial para construir a verdade de nossas orações.

É importante notar que na definição original de Tarski (aquela que recorre à ideia de *satisfação*) não faz referência a *fatos* como os correlatos das orações verdadeiras. À partir do ponto de vista extensional, isto pode ser visto como uma vantagem já que se pode escapar da crítica quineana segundo a qual os fatos são entidades misteriosas sem condições de identidade claras e da ideia de que um fato não pode se identificar a menos que se faça referência a uma oração verdadeira. Por conta disso, os mais radicais assinalam que não tem sentido comparar as crenças ou as orações com o mundo porque qualquer tentativa a respeito deve conduzir simplesmente à aquisição de novas crenças. Nesta linha, Rorty assinala<sup>18</sup> que a adoção de um enfoque correspondentista sobre a verdade faz da verdade um conceito inútil. Putnam argumentou que a adoção deste ponto de vista conduz a adoção do *ponto de vista dos olhos de Deus*: a ideia de um ser cuja mente é um espelho da natureza totalmente límpido que tem conhecimento pleno dessa situação. Davidson recentemente tentou mostrar que “não existe

---

<sup>17</sup> Porchat *op. cit.* p. 28.

<sup>18</sup> R. Rorty *Consequences of Pragmatism*, “Introduction” (Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982).

nada interessante ou instrutivo com o que se poderia corresponder às orações verdadeiras”<sup>19</sup>. Nada disto parece afetar a definição de Tarski pela seguinte razão: a teoria não se compromete com a ideia de que as orações se comprometem com fatos. Não vejo como a interpretação de Porchat poderia superar estes inconvenientes. Ao incorporar a ideia de que as orações se correspondem com entidades de algum tipo, a posição se torna exposta a todos os inconvenientes aqui descritos.

Entretanto, Porchat poderia responder que no lugar de argumentar que a definição estabelece uma correspondência no âmbito das orações, se poderia estabelecer uma correlação sustentando que partes das orações representam partes da realidade. A final de contas, se poderia utilizar a noção de *denotação*, dizendo que “o nome *c* denota em *L* o objeto *c*”. Mas em primeiro lugar, deve-se advertir que não só as objeções à teoria correspondentista se relacionam com a noção de *fato*. Por exemplo, com o experimento mental já mencionado, Putnam argumenta contra a versão denotativa da teoria da verdade correspondentista. Embora com uma mescla entre o ontológico e o semântico, Putnam argumenta corretamente que a concepção correspondentista é incapaz de dar uma resposta negativa à pergunta que levanta a possibilidade de que todos sejamos cérebros em uma cuba, conforme é necessário para responder ao cético, já que apenas fornecendo logicamente e de antemão o acesso denotativo às coisas que estão fora da cuba é que se poderia responder ao cético. Mas isto é o que se há para explicar e não supor. Novamente, diante disto, o próprio Porchat argumenta<sup>20</sup> que a correspondência não tem que estabelecer-se com objetos *em si*. Propõe assim diferenciar entre a *verdade correspondentista metafísica* e a *verdade correspondentista empírica*. Mas há duas razões pelas quais considero que essa diferenciação não ajuda. Em primeiro lugar, está a questão da exigência de uma explicação a que nos vemos expostos mesmo que aceitemos que a correlação entre linguagem e mundo é empírica. Deve-se advertir que a definição de Tarski não possui nenhuma explicação da relação de *denotação*. Somente se oferecem listas do tipo “neve” denota neve. Por esta razão, não faz sentido levantar a questão essencial à esta abordagem correspondentista segundo a qual a teoria deve fornecer uma explicação de como se correlacionam as palavras com o que está fora da linguagem. Todo aquele que compreenda a linguagem aceitará trivialmente que a expressão

“neve” denota neve

E aceitará tal relação, não porque conheça uma relação especial (metafísica ou empírica), mas primordialmente porque participa de uma prática social que é nossa linguagem. Se não se usa a expressão “neve” deste modo, o resto da comunidade linguística não compreenderia o que se está dizendo. Não há nenhum fato semântico no que diz respeito à aceitação desta trivialidade<sup>21</sup>. Este é justamente o ponto que o cético quer defender. Toda posição que tenha a intenção de justificar nosso

---

<sup>19</sup> Davidson, *op. cit.*, 1990, p. 303.

<sup>20</sup> Porchat *op. cit.*, p. 23.

<sup>21</sup> Pode-se encontrar meu ponto de vista à respeito da verdade em Barrio, *op. cit.*, 1998.

uso do predicado veritativo em algum fato (seja este empírico ou metafísico) está destinada ao fracasso, já que cai em algum tipo de dogmatismo ao ter que oferecer uma resposta justificatória de nosso uso das expressões veritativas.

Em segundo lugar está a questão da aceitabilidade da alegada ligação empírica. As explicações atuais apelam para a noção de *relação causal*. Por ser esta uma relação empírica, se poderia pensar que não haveria nenhum dos problemas que qualquer conexão metafísica poderia ter. Mas é fácil mostrar que a existência de tais relações não é um critério suficiente para fixar a denotação das expressões. As relações causais que de fato se dão entre um termo da linguagem, como “neve” e o que se denota são bastante variadas. O que pôr no lugar de e em nossa especificação anterior da relação? A substância ou este copo que tenho em frente a mim? Qual das duas (ou de qualquer das outras relações causais que se pode selecionar ao final e tudo o que de fato pode indicar-se com o uso) é a relação causal relevante? O problema se complica, também, se temos em conta que o termo “neve” é um termo de classe natural: por que o termo “neve” se relaciona causalmente com o tipo natural “neve” no lugar de se relacionar com a classe de todas as substâncias que possuem oxigênio ou com as que possuem hidrogênio ou da de todos os objetos brancos? Como distinguir dentro de todos esses elementos qual é o objeto denotado? Não vejo a forma de eliminar tal ambiguidade.

Me parece então que o cético não deve se afastar da trivialidade, pois está obrigado a abandonar todo tipo de *correspondência*. Isto, obviamente, salva um núcleo mínimo subjacente à verdade.

### 3. A verdade e os procedimentos objetivos<sup>22</sup>

Como vimos até aqui, os cétricos clássicos se opõem tanto à concepção correspondentista como à concepção epistêmica. Não podem haver procedimentos objetivos que nos transcendam e nos quais ancoram a verdade. Essa linha argumentativa retoma forças nas *Investigações Filosóficas*. É bem conhecido que Wittgenstein disse muito pouco sobre a verdade. Ele disse, nas *Investigações Filosóficas*<sup>23</sup>:

(...) Mas, então

“p” é verdadeiro = p

“p” é falso = não-p

E dizer que uma proposição é tudo o que pode ser verdadeiro ou falso, dá no mesmo: chamamos de proposição aquilo que, na nossa linguagem, aplicamos o cálculo de funções de verdade. (...) Assim como a proposição de que somente uma proposição pode ser verdadeira, só pode dizer que

<sup>22</sup> Na oportunidade do encontro mencionado, Raul Landim me fez uma objeção onde a minha rejeição ao enfoque clássico da verdade prestou pouca atenção à ideia de que o essencial é identificar critérios relacionados com nossas capacidades epistêmicas. Agradeço sua preocupação à partir da qual é elaborada a minha resposta.

<sup>23</sup> L. Wittgenstein *Philosophical Investigations* (Oxford, Oxford University Press, 1953) #136.

nós atribuímos os predicados “verdadeiro” e “falso” ao que chamamos de proposição. E o que é uma proposição é, num sentido, determinado pelas regras de sua construção (...) num outro sentido, pelo uso dos signos no jogo de linguagem.

É claro que para Wittgenstein, só podemos usar este conceito em nosso jogo de aceitar e rejeitar proposições. Contudo, no mesmo parágrafo Wittgenstein declara:

(...) E o uso das palavras “verdadeiro” e “falso” pode ser também um componente deste jogo.

De acordo com as palavras de Wittgenstein, não devemos esperar justificações<sup>24</sup>.

Contudo, poderia-se pensar que a posição de Wittgenstein conduz, em efeito, ao abandono de uma justificação do tipo correspondentista, mas não ao abandono de toda justificação. Se a verdade tem a ver com o uso, a natureza da verdade poderia ter a ver com nossos critérios objetivos à partir dos quais usamos nossas orações. A natureza da verdade poderia justificar-se nas condições de asserção das orações.

Claro que, ao negar que exista algo como a natureza da verdade, o deflacionista nega que existem razões para pensar que deve ligar tal noção com estes critérios. E o nega pela simples razão de que a aceitação irrestrita da tese descitadora mencionada anteriormente conduz à ideia de que a verdade e a asserção garantida (ou qualquer outra noção epistêmica) diferem potencialmente em extensão<sup>25</sup>. Disso se segue, sob a suposição do papel descitador da verdade, que não pode haver nenhum critério epistêmico que explique porque chamamos de verdadeiras algumas orações e porque não o fazemos com outras. Como o cético, o deflacionista condena a identificação da verdade com a ideia do critério epistêmico.

Vejamos como pode se produzir esta divergência. Se o predicado veritativo cumpre fundamentalmente um papel descitador, então

“a neve é branca” é verdadeira se a neve é branca.

Mas, tal como se parece, a antecedente é uma afirmação necessária, e se segue que a oração

“a neve não é branca” é verdadeira se e somente se não é certo que a neve é branca é verdadeira.

No entanto, a leitura da direita para a esquerda falha quando se substitui “é verdadeira” por “é assertivamente garantida”: um caso no qual carecemos de garantias para afirmar uma oração não é um caso no qual há garantias para sua negação.

Resumindo, o deflacionismo a respeito da verdade sustenta que o predicado veritativo tem fundamentalmente um papel descitador. Não há nenhuma natureza subjacente à verdade que a metafísica ou a epistemologia tenham que revelar. A verdade não pode se fundar nem na representação

---

<sup>24</sup> L. Wittgenstein (1953), *op. cit.*, 137.

<sup>25</sup> Esta divergência é sinalizada por C. Wright em *Truth and Objectivity* (Cambridge, Harvard University Press, 1992). No entanto, neste trabalho não se sinalizam as consequências que aqui eu indico: que não há modo de compatibilizar o papel descitador do predicado veritativo com o enfoque epistêmico.

nem em nenhum critério epistêmico. Como Wittgenstein, o deflacionista sustenta que não se deve esperar uma justificação última além de nossa interação na linguagem de porque algumas orações resultam como verdadeiras e outras como falsas. Neste sentido, o deflacionismo pode ser identificado com o ceticismo. Sem negar a existência de verdades, ambos compartilham a ideia do total abandono de algo que nos transcenda<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Quero agradecer a Plínio Junquera Smith por me convidar para participar do Encontro sobre o ceticismo, realizado em maio de 1999 na cidade de Curitiba. Com ele mantive valiosas discussões que me ajudaram a aprofundar minhas ideias. Quero agradecer também a todos os participantes deste evento. Seus comentários foram muito valiosos.